



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO


78
L

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332081-8
APELANTE: Município de Ibimirim
APELADO: José Alex Ferreira Feitoza
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. DIREITO DO TRABALHADOR CONTRATADO AO GOZO DE FÉRIAS, E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO COMO DECORRÊNCIA DA EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO, EM PARTE. 1. De proêmio, rejeitou-se a alegação de inaplicabilidade dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública, uma vez que em nenhum momento o magistrado utilizou-se de tal argumento na sentença, sobretudo porque houve contestação do Município, não tendo este sido declarado revel. 2. Por outro lado, em sede de reexame necessário, anotou-se que em hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, não lhe devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho. 3. Este Tribunal de Justiça tem reiteradamente afirmado que a celebração de contrato temporário não afasta do trabalhador contratado os direitos constitucionais do décimo-terceiro salário e férias acrescidas de 1/3 (precedentes). 4. Deveras, é de ser garantido o gozo, pelo trabalhador temporário, de direitos de *status* constitucional, tais como o direito à compensação pecuniária pelas férias não-gozadas (acrescidas do terço constitucional) e à percepção do décimo-terceiro salário, como decorrência da efetiva prestação de serviços. 5. Na espécie, restou comprovada a relação temporária de trabalho junto ao Município, mas não constando dos autos o demonstrativo do pagamento, à parte demandante, das verbas constitucionais. 6. Consoante a regra encartada no art. 333, II, do Código de Processo Civil, cabia ao Município contratante apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento dos valores pleiteados a título de férias e de 13º salários. 7. Reformada a verba honorária fixada em primeiro grau, uma vez que, sendo sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos honorários ficará adstrita à apreciação equitativa, observados os critérios de "*grau de zelo do profissional*"; "*o lugar de prestação do serviço*"; "*a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço*" (CPC, art. 20, § 4º). 8. Da análise dos autos, verificou-se que lide é de pouca complexidade, cuja tese já foi exaustivamente discutida pelos tribunais pátrios. Por isso, e em atenção aos parâmetros adotados pelo colegiado em casos que tais, fixou-se a verba honorária no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da condenação. 9. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a reformar parcialmente a sentença de primeiro grau para o fim específico de reduzir a verba honorária ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, mantidos os demais termos da sentença *a quo*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0332081-8, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de  de 2014 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



74
Cury

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332081-8
APELANTE: Município de Ibimirim
APELADO: José Alex Ferreira Feitoza
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta pelo Município de Ibimirim em face de **sentença** proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ibimirim, que, nos autos da **Ação de Cobrança NPU 0000375-03.2012.8.17.0690**, julgou parcialmente procedente o pedido nos seguintes termos:

“Sob este panorama, resolvo o feito com apreciação de mérito, art. 269, I, CPC, e sem mais delongas **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL** e, por conseguinte, condeno o Réu a pagar o valor relativo às férias integrais do ano de 2010 e proporcional do ano 2011, todos acrescidos do terço legal, bem como, o pagamento do 13º salário integral do ano 2010 e proporcional do ano 2011, com base art. 7º, inc. XVII c/c art. 39, § 3º, ambos da CF/88, tudo a ser apurado em liquidação de sentença e corrigidos pela tabela da ENCOGE, a partir do vencimento de cada prestação não paga e, a partir da citação, a atualização monetária do valor apurado, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Carreando a parte Ré nas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre valor da condenação.

Como dito, indevida indenização por tempo de serviço, na forma do §3º, art. 39, da CR/88”.

No caso em tela, sustenta o autor ter celebrado, em 04/01/2010, com o Município, contrato temporário de excepcional interesse público, sistematicamente renovado, permanecendo em atividade até outubro de 2011. No entanto, alega que o Município não pagou diversas verbas supostamente devidas a título de férias, terço constitucional e gratificação natalina.

Nesta sede recursal (fls. 46/51), argúi o Município: (i) a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública; (ii) ausência de pressupostos legais para o pagamento de férias acrescidas do terço constitucional e 13º salários aos servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; e (iii) subsidiariamente, pleiteia a redução dos honorários advocatícios de sucumbência.

A demandante ofereceu as contrarrazões de fls. 55/57, pugnando pela manutenção da sentença apelada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse público primário no feito (fls. 70/71).

É o que importa relatar. Inclua-se em pauta.

Recife, 22 de abril de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

79

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332081-8
APELANTE: Município de Ibimirim
APELADO: José Alex Ferreira Feitoza
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

O autor busca a condenação do Município a efetuar o pagamento das verbas supostamente devidas a título de férias, terço constitucional e gratificação natalina do tempo em que trabalhou com contrato temporário de excepcional interesse público.

O pedido foi julgado parcialmente procedente.

Inconformado, o Município apelou, alegando, em síntese: (i) a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública; (ii) ausência de pressupostos legais para o pagamento de férias acrescidas do terço constitucional e 13º salários aos servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; e (iii) subsidiariamente, pleiteia a redução dos honorários advocatícios de sucumbência.

Pois bem.

De proêmio, anoto que o Município de Ibimirim equivocou-se ao trazer a alegação de inaplicabilidade dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública, uma vez que em nenhum momento o magistrado utilizou-se de tal argumento na sentença, sobretudo porque houve contestação do Município, não tendo este sido declarado revel.

Dessa forma, afasto a referida tese do Município.

Por outro lado, em sede de **reexame necessário**, tenho por evidenciada nos autos a circunstância fático-jurídica de que o vínculo existente entre a parte autora e o Município de Ibimirim assentava-se em contrato temporário, sucessivamente renovado.

No ponto, impõe-se consignar que, em se tratando de hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, filio-me ao magistério jurisprudencial no sentido de que a este não devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho.

No entanto, **diferentemente do que defendido pela edilidade em sua apelação**, a parte autora faz jus às *verbas constitucionais*, isto é, ao pagamento do 13º e à compensação pecuniária pelas férias não gozadas, com o acréscimo do terço constitucional, referente ao período pleiteado, além do saldo de salário como decorrência da efetiva prestação de serviços.



80
^

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, a matéria – contrato temporário por excepcional interesse público - já passou pelo crivo deste egrégio Tribunal de Justiça em diversas oportunidades, havendo a Corte, reiteradamente, afirmado que *a celebração de contrato dessa natureza não afasta do trabalhador contratado os direitos constitucionais do décimo terceiro salário e férias acrescidas de 1/3*, conforme exemplificam os seguintes precedentes:

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PLEITO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE. 1- No que atine à pretensão de receber férias e gratificações natalinas não prestadas, o pedido é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado; 2-Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derogar o direito a férias ou ao 13º salário do trabalhador; 3- No caso das férias, aliás, até mesmo por imperativo médico, é inconcebível que o servidor temporário exercendo, por mais de ano, seu labor, com carga-horária elevada, não goze, após 12 meses de serviço, do descanso amplamente reconhecido, no mundo civilizado, como necessário à humanização do trabalho, e à preservação da saúde dos trabalhadores; À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso (RA nº 0169320-3/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, DJ 21/8/2008).

EMENTA: D.CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. HORAS EXTRAS NÃO COMPROVADAS E INDEVIDAS. COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIAS REALIZADAS. PEDIDOS NÃO APRECIADOS NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. INVOCACÃO DO ART. 515 §2º DO CPC - DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1-Incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, regido pela Lei Estadual nº 10.954/1993, com autorização do art. 37, IX da CF/1988, fato aduzido na inicial e não contestado. 2-A indenização de horas extras e equiparação da jornada de trabalho à dos servidores estatutários, não merece acolhimento, tendo em vista que o contrato temporário tem natureza administrativa e não se submete a legislação trabalhista. 3-Invocação do art.515 do CPC, para análise de pedido preterido e não apreciado na decisão de primeiro grau. 4-A natureza do contrato em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto temporário para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil a afastar do obreiro os direitos constitucionais ao 13º salário e férias acrescidas de um terço. 5-Precedentes desta Corte. 6-Recurso parcialmente provido. 7- Decisão Unânime (AC nº 0174968-6, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira, DJ 25/11/2008).

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS PLEITEADAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO PARA ATENDER NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 2. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Estado. 3. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o agravante não se desincumbiu. 4. Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções. 5.Não vulneração dos arts. 3º e 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 10.954/93, art. 26 da Lei 11.216/95. 6. Recurso de agravo improvido unanimemente (RA nº 200776-3/01, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJ 28/1/2010).





81

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS. DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS. AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. 1.A natureza especial do contrato administrativo de trabalho temporário não exclui os direitos constitucionais à percepção de 13º salário e adicional de férias de no mínimo 1/3 (um terço) do valor do salário normal. 2.Recurso de Agravo a que se nega provimento. 3.Decisão Terminativa mantida à unanimidade. (RA nº 208171-0/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira, DJ 13/7/2010).

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.1. O trabalhador contratado pela Administração Pública para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, goza do direito à percepção férias anuais remuneradas e décimo terceiro salário.2. Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, o que permite que o mesmo faça jus à percepção dos direitos do trabalhador já elencados. 3. Recurso de Agravo não provido por unanimidade de votos. (RA nº 0020422-02.2010.8.17.0000 (185834-2/01) Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. DJ 25/11/2010).

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. I- Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, regido pela Lei Estadual nº 10.954/1993, com autorização do art. 37, IX da CF/1988, fato aduzido na inicial e não contestado. II-A natureza do contrato em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto temporário para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil a afastar do obreiro os direitos constitucionais ao 13º salário e férias acrescidas de um terço. III-Precedentes desta Corte. IV-Recurso de Agravo não provido. V-Decisão Unânime. (RA nº 0015604-75.2008.8.17.0000 (176892-5/01) Rel. Des. Fernando Cerqueira. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível Data do julgamento: 17/2/2009).

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR CONTRATADO TEMPORARIAMENTE. VERBAS IMPAGAS PELA ADMINISTRAÇÃO. DIREITO A PERCEPÇÃO DE 13º SALÁRIO E FÉRIAS REMUNERADAS. EXIGÊNCIA DE CONTRA-PRESTAÇÃO. 1.O trabalhador contratado pela Administração Pública para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, goza do direito à percepção férias anuais remuneradas e décimo terceiro salário. 2. O exercício do trabalho exige, por parte do tomador do serviço prestado, no caso do Estado de Pernambuco, a devida contraprestação, que é a remuneração devida ao servidor, sob pena enriquecimento sem causa. Sentença mantida em reexame necessário. Apelo voluntário prejudicado. Decisão unânime. Relator: Eurico de Barros Correia Filho (AC nº 0006889-12.2006.8.17.0001 (162627-9) órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Data do julgamento: 14/8/2008).

Na linha da orientação jurisprudencial acima destacada, é de ser garantido o exercício de direitos sociais pelo trabalhador temporário, tais como o direito à compensação pecuniária pelas férias não-gozadas (acrescidas do terço constitucional) e à percepção do décimo terceiro salário, como decorrência da efetiva prestação de serviços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

82,

Na espécie, uma vez comprovada a relação temporária de trabalho junto ao Município de Ibimirim, conforme "contrato de prestação de serviço por prazo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público" (fls. fls.08/16), mas não constando dos autos o demonstrativo do pagamento, ao demandante, das verbas acima elencadas, considerando o período em que perdurou o contrato avençado, merece a sentença ser mantida nessa parte.

Isso porque, consoante a regra encartada no art. 333, II, do Código de Processo Civil, cabia ao Município contratante apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento de todos os valores pleiteados a título de férias; e de 13º salários.

Por fim, quanto à discussão dos **honorários advocatícios**, tenho que a verba honorária arbitrada em 20% do valor da condenação deve ser reformada, uma vez que, sendo sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos honorários ficará adstrita à apreciação eqüitativa, observados os critérios de "*grau de zelo do profissional*"; "*o lugar de prestação do serviço*"; "*a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço*" (CPC, art. 20. § 4º).

Da análise dos autos, verifico que lide é de **pouca complexidade**, cuja tese já foi exaustivamente discutida pelos tribunais pátrios. Por isso, e em atenção aos parâmetros adotados pelo colegiado em casos que tais, fixo a verba honorária no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, para tão somente reduzir a verba honorária ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, mantidos os demais termos da sentença *a quo*.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator